CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
A casa do povo, a casa da cidadania.

MOÇÃO Nº34/2026

Requeiro a esta Casa uma moção de aplausos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em especial à sua Superintendência no Estado da Bahia, pela atuação institucional decisiva que viabilizou o cadastramento, a proteção e a homologação do registro do Sítio Arqueológico Cemitério dos Africanos do Campo da Pólvora, na cidade de Salvador, descoberta de magnitude histórica e patrimonial inestimável para a memória afro-brasileira e para a humanidade.

O antigo Cemitério do Campo da Pólvora, administrado pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia, operou como o primeiro cemitério público de Salvador por aproximadamente 150 anos, até ser desativado em maio de 1844. Estima-se que entre 80.000 e 100.000 pessoas foram ali sepultadas, a esmagadora maioria africanos e afrodescendentes escravizados, configurando-o como possivelmente o maior cemitério de pessoas escravizadas da América Latina.

O local serviu também como última morada de indígenas, pobres, excomungados e de figuras cruciais de movimentos de resistência. No cemitério, estão possivelmente sepultados líderes e participantes da Revolta dos Búzios (1798), também conhecida como Conjuração Baiana, movimento emancipacionista que lutou por liberdade e igualdade racial. Foi igualmente no Campo da Pólvora que, em 14 de maio de 1835, líderes condenados pela participação na Revolta dos Malês, o maior levante de escravizados da história do Brasil, foram executados e ali sepultados, ao lado dos mais de setenta mortos durante a repressão ao levante, enterrados em vala comum no mesmo cemitério. Após a desativação do cemitério, o espaço sofreu um apagamento histórico de 180 anos, desaparecendo da paisagem e da memória da cidade.

A localização exata do sítio foi identificada pela pesquisadora Silvana Olivieri, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA (PPGAU/UFBA), que utilizou metodologia inovadora com o cruzamento de mapas históricos dos séculos XVIII e XIX com imagens de satélite, georreferenciamento e

manejo criterioso de fontes documentais, localizando o sítio sob o estacionamento frontal do Complexo Pupileira, área pertencente à Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Em coautoria com o Professor Samuel Santana Vida, da Faculdade de Direito da UFBA, elaborou dossiê protocolado no IPHAN, que foi essencial para a obtenção da autorização de pesquisa arqueológica e para todos os desdobramentos institucionais subsequentes.

A atuação do IPHAN foi determinante em todas as fases do processo. A autarquia federal, que tem como missão promover e coordenar a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, envidou esforços institucionais decisivos por meio de sua Superintendência na Bahia: (i) acolheu o dossiê produzido pelos pesquisadores da UFBA e viabilizou a autorização para a pesquisa arqueológica; (ii) acompanhou e fiscalizou as escavações por meio de sua equipe técnica de arqueologia; (iii) propiciou o cadastramento e a inscrição do sítio no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), conferindo-lhe a denominação oficial de "Sítio Arqueológico Cemitério dos Africanos", onde, segundo registro do próprio órgão, o sítio "destaca-se do panorama arqueológico nacional em razão de suas características únicas"; (iv) recomendou a interdição da área do estacionamento; e (v) homologou o registro do sítio, assegurando sua proteção legal como patrimônio arqueológico, bem de direito difuso, de uso comum do povo e insuscetível de apropriação.

As escavações, iniciadas em 14 de maio de 2025, data que marca os 190 anos da execução dos mártires da Revolta dos Malês no Campo da Pólvora, foram coordenadas pela arqueóloga Jeanne Dias e financiadas pela empresa Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológica. Os trabalhos confirmaram a existência de remanescentes humanos e vestígios arqueológicos a partir de 2,80 metros de profundidade, resultando na coleta de 224 peças, das quais 100 fragmentos ósseos humanos pertencentes a, pelo menos, dois indivíduos.

O processo contou com a mediação do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, que instaurou procedimento possibilitando a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre os pesquisadores e a Santa Casa de Misericórdia. Antes do início das escavações, foi realizada cerimônia inter-religiosa de reparação espiritual, conduzida por lideranças

religiosas negras de diversas tradições e credos, em respeito à sacralidade do espaço e à dignidade dos ali sepultados. Trata-se de sítio arqueológico de memória sensível, que envolve dimensões simbólicas, espirituais e ancestrais, remetendo a um passado marcado pela brutalidade do regime escravocrata e associado a graves violações dos direitos humanos.

A atuação institucional firme do IPHAN resultou em um marco histórico: a devolução à cidade de Salvador e ao Brasil da memória de um dos mais significativos espaços de sepultamento da diáspora africana nas Américas. O reconhecimento e a homologação do registro pelo IPHAN garantem proteção oficial ao sítio e abrem caminho para a criação de um centro de memória dedicado à ancestralidade africana, a exemplo do African Burial Ground National Monument (Nova York) e do Cemitério dos Pretos Novos (Rio de Janeiro).

A localização e o reconhecimento deste sítio arqueológico adensam a discussão sobre os processos de reparação histórica e sobre a contribuição, ao país, das pessoas negras escravizadas e de seus descendentes. A descoberta abre uma agenda de mobilização pelo resgate de outros sítios arqueológicos de cemitérios de pessoas escravizadas, esquecidos e apagados da história e da memória nacional.

Para Salvador, cidade reconhecida mundialmente como capital da cultura afro-brasileira, cujo Centro Histórico foi declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1985, e detentora do maior patrimônio material e imaterial ligado à diáspora africana nas Américas, esta descoberta representa não apenas a preservação de um sítio arqueológico, mas um instrumento de fortalecimento da autoestima coletiva, de educação para as novas gerações e de projeção internacional da sua herança cultural, contribuindo para o combate ao racismo, a promoção da igualdade racial e a preservação do patrimônio cultural.

Neste momento especial, rendemos homenagens ao IPHAN e a todos os seus servidores e técnicos que contribuíram e continuam contribuindo para o resgate da memória do Cemitério dos Africanos do Campo da Pólvora. Que o legado de compromisso com a verdade histórica e com a reparação se perpetue, fortalecendo a confiança da sociedade e garantindo a contínua defesa dos direitos e da memória do nosso povo.

CIENTIFICAR A:

Superintendência do IPHAN no Estado da Bahia (IPHAN-BA)
Rua Visconde de Itaparica, nº 08, Barroquinha, Centro
CEP: 40.024-080, Salvador – BA

Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA)
Avenida Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré
CEP: 40.050-001, Salvador – BA

Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
A/C Prof. Paulo Cesar Miguez de Oliveira
Rua Augusto Viana, s/n – Palácio da Reitoria, Canela
CEP: 40.110-909, Salvador – BA

Ministério da Cultura (MinC)
A/C Exma. Sra. Ministra Margareth Menezes da Purificação
Esplanada dos Ministérios, Bloco B
CEP: 70.068-900, Brasília – DF

Presidência da República
A/C Exmo. Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes
CEP: 70.150-900, Brasília – DF

Governo do Estado da Bahia
A/C Exmo. Sr. Governador Jerônimo Rodrigues
Centro Administrativo da Bahia (CAB), 4ª Avenida, nº 400
CEP: 41.745-002, Salvador – BA

Prefeitura Municipal de Salvador

A/C Exmo. Sr. Prefeito Bruno Reis

Praça Municipal, s/n, Centro

CEP: 40.020-010, Salvador – BA

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC)

Rua 28 de Setembro, nº 15, Centro Histórico

CEP: 40.025-010, Salvador – BA

Salvador, 23 de fevereiro de 2026.

MARTA RODRIGUES

VEREADORA